

SESSÕES DO PLENÁRIO

34ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 30 de abril de 2009.

PRESIDENTE: DEP. ÁLVARO GOMES *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliedson Ferreira, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fernando Torres, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Misael Neto, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Ronaldo Carletto, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (33)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- A Secretaria da Mesa registra a presença de 21 Srs. Deputados. Portanto, havendo quórum, em nome de Deus declaro aberta a presente sessão plenária.

(O Sr. Presidente dos trabalhos, deputado Álvaro Gomes, lê o expediente do dia 30/04/09.)

OFÍCIOS

Da Dep. Virgínia Hagge, comunicando sua ausência na sessão do dia 23/03/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Ângelo Coronel, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 01 e 13/04/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Eliedson Ferreira, comunicando sua ausência na sessão do dia 06/04/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Pequeno Expediente.

Eu concedo a palavra ao deputado Clóvis Ferraz para falar no Pequeno Expediente. Depois vou ter de revezar porque também preciso falar.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, nesta manhã de quinta-feira, nós queremos dizer que não estamos entendendo a posição do governo com relação à questão da segurança pública na Bahia. Sempre falamos aqui ao longo do atual governo que ele, na verdade, nunca teve um projeto de gestão de segurança pública no Estado para a integração entre os diversos órgãos responsáveis pela área, como as Polícias Civil e Militar, através da Secretaria da Segurança Pública.

Entendemos que a segurança se faz prevenindo. Ela se faz com atuação permanente de todo este aparelho de segurança composto por várias instituições atuando diretamente nas ruas, na zona rural ou onde quer que seja, mas também usando a inteligência. E o ex-governador Paulo Souto deixou a SSP aparelhada com equipamentos de inteligência, inclusive inteligência humana.

E não tem sido aproveitada essa logística preparada por ele, que deixou também um convênio assinado com recursos assegurados, um empréstimo do governo espanhol para mais equipamentos e capacitação do corpo de funcionários que faz a segurança pública no Estado da Bahia.

Passaram-se dois anos e não se deu sequência ao trabalho nem o devido valor a esses equipamentos, a essas pessoas que foram capacitadas para atuar na área. E o que nós estamos vendo na Bahia é praticamente uma desintegração do aparelho estadual de segurança pública e cada órgão ou entidade agindo um pouco independentemente. Isso compromete exatamente a atuação deste aparelho. E vemos os índices de violência aumentarem em todo o Estado, os diversos tipos de criminalidade também. Não sou eu que estou dizendo, jamais quereria falar daqui as coisas que tenho falado.

Mas nós estamos criticando. Só que é uma crítica construtiva ao governo baiano, que até agora não colocou em prática na área da Segurança Pública um projeto de gestão capaz de diminuir a violência em seus diversos níveis de segurança. Diversos fatores têm contribuído para isso, alguns até poderiam ter sido resolvidos, a exemplo da contratação dos delegados. São mais de 100 municípios no interior do Estado sem delegados.

Li uma matéria no jornal em que uma autoridade da área de segurança pública dizia que não precisaria ter delegado num município que não possui comarca. Achamos isso totalmente descabido. É bom que existam a comarca, o juiz e o promotor, mas é necessário que haja uma delegacia equipada com agentes e delegados. E se não tiver a comarca com o Juiz e o promotor é necessário que tenha, no mínimo, independente do tamanho do município, uma delegacia equipada com agentes e delegados.

Como é que fica a segurança do cidadão nesse município que não tem sequer delegacia onde se possa cuidar da questão da segurança pública? Achamos isso totalmente descabido.

Não entendemos quando o governo que diz ter gastado 6 milhões de reais em capacitação justifica a não contratação dos delegados já concursados e capacitados. E aqui alguns deputados vem criticar dizendo que esse concurso foi realizado há 12 anos. Qual o problema? O concurso ficou amarrado, pois só haveria novo concurso se os delegados que concluíram o curso de capacitação fossem contratados.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Para concluir, deputado.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Isso é óbvio. Outro concurso deve ser feito? Não entendemos essa posição do governo. Fazer outro concurso para não contratar? Se não contrataram os que já foram concursados e capacitados, como é que vai gastar recurso para fazer um novo concurso? Só se for para criar a ilusão em outras pessoas que passam no concurso e não serão contratados. Não entendemos. Por isso que sempre falamos aqui, e vamos continuar falando, que o que falta neste governo é um projeto de gestão para a segurança pública do Estado e do cidadão. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra a deputada Maria Luiza Laudano.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, *TV Assembleia*, Sr^{as} Taquígrafas, funcionários da Casa, nesta manhã de hoje eu gostaria de expressar a minha gratidão, o meu agradecimento ao governador Jaques Wagner e à sua equipe que, através da Cerb e do Dr. Cícero, resolveram um problema crucial na localidade de Olhos D'Água, localizada no município de Alagoinhas.

Aquela comunidade estava sem água, ingerindo água de fonte. Com o inverno se aproximando e essas chuvaradas tivemos vários problemas, vez que a água de chuva fica barrenta e sem qualidade para o consumo humano. Essa água não é própria para o consumo e faz mal para a saúde, pelo número de bactérias existentes, gerando problemas como a verminose.

O problema foi solucionado e era de toda a comunidade que ali reside, pessoas habilitados a fazer a produção do beiju, e essa água da fonte estava criando um problema na qualidade da preparação desse alimento, que é comercializado em toda a região. Todo mundo que passa pelo ponto do beiju, antes de chegar a Alagoinhas, já tem o costume de parar para compra do beiju, nas várias formas que eles preparam, com coco, com presunto, enfim uma variedade muito boa. Mas essa água estava trazendo problemas, e pasmem, eles fabricavam usando a água que estava poluída.

E o governador, atendendo a um pedido desta deputada, que também foi votada no município, e eu sou deputada de governo mais votada, por sinal sou representante daquele município, agradeço ao governador por atender ao meu pedido, a minha indicação para que fosse resolvido, aquele problema daquela população, que são inúmeros, não são poucos que ali fabricam o beiju. Sr. Presidente desta sessão,

Álvaro Gomes, realmente foi importantíssimo. E o governador tem, graças a Deus, atendido às minhas solicitações, de interesse comunidade, a minha região e eu fico feliz por isso, e agradeço, de coração, esse atendimento.

Queria também, na manhã de hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, parabenizar o nosso funcionário da Casa, o nosso amigo, Nélsion, essa pessoa maravilhosa, que sempre está conosco aqui no Plenário, no cafezinho, atendendo sobretudo os deputados, que completa hoje 30 anos como funcionário da Casa. Uma vida dedicada ao Poder Legislativo, com muita muito apreço e muito carinho.

Eu gostaria por tanto, de abraçá-lo, parabenizá-lo e desejar que esses 30 anos sejam ampliados para mais 30, 60 anos, para que esta Casa sinta-se alegre e satisfeita, realmente, em ter um funcionário da estirpe de Nélsion, que é o nosso amigo, nosso irmão e um grande funcionário da Casa. Parabéns, Nélsion, e parabéns extensivo a sua família pelo tempo que você dedica a esta Casa, chegando geralmente cedo e saindo mais tarde, ficando às vezes aqui conosco até às madrugadas. Nós fazemos isso, porque amamos esta Casa e, sem dúvida alguma, igual a você tem vários funcionários aqui que têm esse mesmo apreço, carinho e dedicação para com esta Casa.

Quero desejar a todos um bom fim de semana e também desejar ao prefeito de Alagoinhas, Paulo César, uma boa micareta, com muita paz e muita tranquilidade. Provavelmente estarei lá amanhã para também abrilhantar aquela festa. Quero desejar que você tenha o mesmo sucesso, prefeito, que eu tive em Pojuca, na semana passada, com a segurança muito boa, tanto da Polícia Civil como da Polícia Militar e do Juizado de Menores. O comandante Cel. Mascarenhas, Dr. Joselito Bispo, o secretário de Segurança, estiveram com toda equipe dando segurança ao folião, para que tivéssemos sucesso.

Muito obrigada e bom dia a todos.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, deputada Maria Luiza, Srs. Deputados, quero, inicialmente, deputada Maria Luiza, associar-me a V.Ex^a, que fez o registro, e parabenizar esse excelente funcionário, que é um exemplo, Nélsion Xavier Gonzaga, que completa 30 anos de dedicação ao Legislativo baiano. Parabéns Nélsion, e os nossos agradecimentos, que, tenho certeza, são de toda a Casa pelo trabalho que V.S^a tem desenvolvido, honrando a categoria dos servidores públicos.

Deputado Gilberto Brito, como diz o ditado popular, nada como um dia após o outro. Nós temos constatado a distância entre o discurso do governador Wagner e sua prática, uma distância abissal. A prática do governador é totalmente contraditória a seu discurso. O governador tem-se revelado um perseguidor político do município de Salvador.

No dia 22 de abril, o prefeito João Henrique decretou estado de emergência na cidade de Salvador, tendo em vista as fortes chuvas que caíram sobre a capital, provocando deslizamentos, perdas de vidas humanas e desabrigados. E há a

perspectiva, deputados, de que as chuvas continuem e novos deslizamentos possam ocorrer. Moradores de encostas desta capital, principalmente em Pau da Lima, Marechal Rondon, Capelinha de São Caetano, Cajazeiras VIII e Castelo Branco sofrem com as chuvas.

E o que é que a Coordenação de Defesa Civil do Estado da Bahia diz? Que não vai atender e que não terá agilidade para reconhecer o estado de emergência da cidade de Salvador, porque acha que o prefeito João Henrique quer fazer política com o decreto de emergência.

É uma situação que nunca vi nos jornais, na imprensa mesmo nos momentos de perseguição política que a antiga Bancada da Oposição, hoje Bancada do governo, disse que ocorria na Bahia. É politizar a questão das encostas em Salvador, das chuvas em Salvador! Infelizmente o governador só pensa em política, mas política com “p” minúsculo, em politicagem! É essa a prática do governador.

Vejam o exemplo, a atitude do governador em relação à marcha dos prefeitos. O governador pressionou, através de seus secretários, diversos prefeitos para que não participassem de um protesto, de uma caminhada em defesa dos interesses do municipalismo.

O governador não aceita a fragorosa derrota que sofreu em Salvador, quando o seu candidato perdeu para o prefeito João Henrique e, por causa disso, pune a população da cidade do Salvador. Ele pensa que, com isso, está pirraçando o prefeito João Henrique e se vingando da derrota que sofreu. Mas, não é possível, deputado Gilberto Brito, há 8 dias a Defesa Civil diz que não ratifica o decreto do governador, por questões meramente políticas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado Carlos Gaban, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, antes de iniciar o meu horário, eu gostaria de comunicar a esta Casa que faleceu, e pedi até um minuto de silêncio, o ex-deputado Nobelino Dourado, que já foi deputado aqui nesta Casa por vários mandatos e exerceu também cargos de direção aqui na Assembleia Legislativa. Então, lastimo a perda deste grande colega e amigo Nobelino Dourado e solicitaria a V. Ex^a, se assim entendesse, que fizéssemos 1 minuto de silêncio em homenagem e consideração ao ex-deputado Nobelino Dourado.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Um minuto de silêncio, por favor.

Com a palavra o nobre deputado Carlos Gaban, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto a manifestar, neste momento, a minha preocupação, como já o fiz ontem e acredite, Sr. Presidente, que esta seja a preocupação dos 63 parlamentares desta Casa, com relação ao projeto encaminhado pelo Exm^o Governador, Jaques Wagner, através da mensagem nº 14.209 e que altera dispositivo da Lei nº 10.955, de 21/12/2007.

Apresentei, Sr. Presidente, 3 emendas. Mas, independentemente das emendas que fiz, até porque o prazo era extremamente exíguo, já que esse projeto foi publicado na semana passada e anteontem já foi aprovado em regime de urgência, e tínhamos 24 horas para apresentação das emendas...

Mas esse projeto, Sr. Presidente, poderia ser preocupação sobretudo da Base do governo nesta Casa e da maioria dos parlamentares, sobretudo do PT, do PCdoB, que têm um histórico aqui na Bahia da defesa dos servidores públicos do Estado. O governo do Estado, em dezembro de 2007, encaminhou um projeto para cá depois dos estudos do Conprev, do qual eu faço parte, e foi feito um estudo atuarial para que se pudessem equilibrar as finanças do Funprev para que se desse a garantia, deputado Gilberto Brito, ao funcionalismo público, ao se aposentar, de ter os seus benefícios assegurados. E isso porque, como sabemos, desde a fundação do Funprev todos os governos têm feito aportes financeiros, tendo em vista que a sua receita é muito menor do que as suas despesas, graças ao número de aposentados do Estado da Bahia, como ocorre, de uma maneira geral, em todo o Brasil.

Nesse sentido, apenas para servir como exemplo, o próprio governo Wagner aportou, em 2007, 456 milhões no Funprev; em 2008 foram 557 milhões. Mas agora, com esse projeto que ele encaminha à Assembleia, além de não cumprir, em 2009 e 2010, aquele aporte aprovado por esta Casa Legislativa em dezembro de 2007, ele retira os aportes que já fez, que são de 63 milhões.

E pior, o governo deixará de fazer os aportes financeiros em 2009 e 2010. Não precisa nem de raciocínio para ver que isso vai quebrar o Fundo de Previdência do Estado da Bahia!

Ora, o servidor trabalha o tempo estabelecido pelas Constituições federal e estadual para ter direito a sua aposentadoria, e na hora que vai se aposentar – principalmente quando a geração de emprego e renda é a grande preocupação de todos os governos não só do Brasil, mas também do mundo – não tem direito a esse benefício porque, simplesmente, não vai haver dinheiro no Funprev!

Não podemos, em nenhuma hipótese, Sr. Presidente, discutir esse projeto se não for em uma audiência pública.

Deputado Edson Pimenta, sei que V.Ex^a sempre defendeu um segmento importante dos servidores públicos, não estou querendo politizar esse assunto. Não é uma questão política, é a sobrevivência futura de todos os servidores do Estado da Bahia. Pretendo, antes de votarmos esse projeto, fazer uma audiência pública nesta Casa, para a qual convidaremos todos os membros do Conprev, do qual faço parte; todos os sindicatos que representam as categorias dos servidores públicos; e o secretário da Administração. E assim faremos, de uma maneira aberta e clara, a discussão.

Aprovamos a urgência para esse projeto na segunda-feira – infelizmente, eu não estava no Plenário naquele momento; participei da sessão, entretanto no exato instante em que ela foi aprovada eu não estava –, mas muitos parlamentares confessaram-me que não tiveram a oportunidade de ler esse projeto.

Tenho certeza, deputados Edson Pimenta e Paulo Rangel, de que o Exm^o Sr.

Governador Jaques Wagner não têm consciência ou não lhe explicaram esse projeto. Sei que em momento algum o governador aprovaria uma medida dessa natureza, tendo em vista que ele deu um benefício aos servidores em dezembro de 2007, e agora, com esse projeto, está retirando o que deu. E pior, além de retirar os 63 milhões que já estão lá, não poderá fazer mais nenhum tipo de aporte das dotações orçamentárias. E lembremos de que teríamos, se esses aportes continuassem, a garantia do equilíbrio das finanças do Funprev depois de 10 anos!

E pior, esse projeto retira até os juros e a correção. Assim ele quebra, de uma vez por todas, o Fundo de Previdência!

Espero que esta Casa, através das lideranças políticas, faça, de uma maneira madura, uma audiência pública para discutir abertamente esse assunto. E desse modo evitemos, no futuro, que os servidores do Estado não sejam obrigados a dar uma contribuição muito maior do que já dão ao Funprev para que ele não quebre. Se quebrar, não pagará aposentadoria a nenhum servidor do Estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Com a palavra o deputado Gilberto Brito por até 5 minutos.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Presidente Edson Pimenta, prezados colegas presentes, gostaria de, em primeiro lugar, fazer uma ponderação quanto à fala do prezado amigo e colega deputado João Bacelar, quando, desta tribuna, afirmou, de maneira enfática, que o governador Jaques Wagner estaria a desencadear uma perseguição contra a Cidade do Salvador. O deputado Bacelar – em que pese a ser antagônico politicamente ao governador Jaques Wagner – é um deputado combativo, que faz o seu trabalho fiscalizador, que é legítimo e faz parte do conteúdo do Parlamento – neste exato momento talvez tenha descarrilhado um pouco de suas afirmativas e pecado pelo excesso.

Nós todos aqui sabemos do perfil, do temperamento, da formação e do estilo do governador, que, por ser um democrata por excelência, um homem educado, pacífico, compreensível, sensível às questões sociais, jamais iria tomar qualquer posição de perseguição a quem quer que seja, sobretudo à cidade de Salvador, que tem em derredor de 3 milhões de habitantes. Então gostaria de deixar esse meu registro e, para ser franco, o meu obstáculo, para não dizer repúdio, à palavra do deputado João Bacelar quando fala a respeito de o governador tratar a cidade do Salvador com perseguição política.

O decreto baixado pelo prefeito João Henrique, que precisa do reconhecimento da Defesa Civil, talvez, certamente irá passar por um trâmite legal, normal, próprio das formalidades, deputado João Bacelar, até porque, quando o prefeito dos municípios que, às vezes, são acometidos pelas graves consequências das longas estiagens decreta estado de emergência, esse é encaminhando à Defesa Civil, que exige uma série de formalidades, de rituais para que esse decreto seja reconhecido.

Então quero, desta tribuna, repudiar, de forma respeitosa, a atitude de V. Ex^a ao dizer que o governador Jaques Wagner está perseguindo a cidade do Salvador, o que

não faz parte do perfil dele.

Quanto ao que afirmou o deputado Gaban acerca do Projeto de Lei nº 17.940, encaminhado pelo governo do Estado a esta Casa, recebi, ontem à noite, da Secretaria da Administração, da qual solicitei informações a respeito do assunto, uma explicação sobre a matéria. Em decorrência de alguns problemas de ordem pessoal, não tive como apreciar o comentário tecido pela Secretaria de Administração, mas gostaria de deixar o registro de que, na segunda-feira, quando retomarmos os debates na Casa, possa expor a coisa com um conhecimento mais aprofundado.

Em 2007, o governador Jaques Wagner encaminhou a esta Casa um projeto de lei, louvado por todos, que, em seu conteúdo basilar, fala a respeito do parágrafo único, do artigo 7º da Lei n.º 10.955/2007, o qual diz, deputado Gaban, que “as receitas indicadas no inciso IV e dois por cento das receitas indicadas no inciso III deste artigo, serão creditadas em conta distinta, porém integrante do Fundo Financeiro, para que sejam capitalizadas, ficando a utilização dos seus recursos condicionada ao atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial do Funprev, podendo ser antecipada, mediante prévia e expressa autorização do Comprev, após decorridos 10 (dez) anos da vigência desta Lei.”

Agora o governo do Estado encaminha o projeto de lei...

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Para concluir, nobre colega.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Solicito a V.Ex^a, deputado, só meio minuto para complementar uma leitura.

(...) que tem como conteúdo basilar o acréscimo ao parágrafo 2º, art. 7º, que diz: (lê) “*Excepcionalmente, nos exercícios de 2009 e 2010, os recursos creditados e acumulados na conta a que se refere o parágrafo anterior, desde a sua abertura, poderão ser utilizados para a finalidade exclusiva de pagamento de benefícios previdenciários a cargo do Funprev, independentemente de autorização do Comprev*”.

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Para concluir, nobre colega.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Então, deputado Gaban, aquele fundo de aplicação que foi criado, o governo está necessitando, em decorrência da crise mundial que afeta a nós todos, de lançar mão dele para pagar pensões e aposentadorias. De forma nenhuma isso vai tirar e desviar o recurso do Funprev, isso de forma excepcional, somente durante o ano de 2009 e 2010. Na próxima semana, voltaremos a debater aqui de forma civilizada, responsável e ética, todos nós que somos comprometidos com o bem dos servidores públicos do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Antes de passar ao próximo orador, informo que, dentro do Programa Escola e o Legislativo, se encontram presentes nas Galerias Paulo Jackson os estudantes da Faculdade Maurício de Nassau. (Palmas)

Queria combinar aqui com o deputado Gaban, temos apenas 10 minutos para o término do Pequeno Expediente e há dois oradores inscritos, então vamos terminar o

Pequeno Expediente. Darei continuidade à sessão dentro do Grande Expediente que, certamente, não terá orador e cedo a questão de ordem a V.Ex^a.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Pois não.

O Sr. Álvaro Gomes:- (...) é só para informar a V.Ex^a que discuti com o Líder da Minoria e mesmo encerrando o Pequeno Expediente às 10h30min, falarão ainda no Pequeno Expediente, por acordo de Lideranças, os deputados Heraldo Rocha e João Bonfim.

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Com a palavra, já que o entendimento foi feito entre os Líderes da Maioria e da Minoria, o próximo orador, deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, amanhã teremos o 1º de maio e faço um chamamento a toda a sociedade, a todos os trabalhadores para participarem das comemorações do dia de luta do trabalhador. A central dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil fará uma manifestação junto com dezenas de entidades sindicais no Campo Grande. A partir das 13h estaremos lá, juntos, para lutar em defesa do emprego, do salário, de melhores condições de vida para a nossa população.

Queria, neste momento, também saudar todos os companheiros e companheiras que se encontram nas Galerias Paulo Jackson assistindo à sessão plenária e dizer-lhes que é muito importante a presença da sociedade aqui, observando e participando ativamente da vida da Assembleia Legislativa da Bahia, instituição que tem uma importância muito grande, mas só será fortalecida de verdade se contar efetivamente com a participação da sociedade, da população, dos diversos segmentos do nosso Estado.

Queria, portanto, aproveitar para comentar sobre as condições de trabalho da classe trabalhadora, do operariado, no que diz respeito a acidentes de trabalho e a doenças ocupacionais.

No último dia 28 de abril, Dia Mundial de Segurança de Saúde no Trabalho, comemorou-se em todo o mundo essa data. É uma comemoração, um registro que é feito no mundo inteiro em função da gravidade do assunto. Para se ter uma ideia, a OIT calcula que dois milhões de trabalhadores morrem em média, por ano, devido a acidentes e doenças do trabalho no mundo. Dois milhões de trabalhadores! Calcula a OIT que isso significa um gasto público de cerca de 4% do PIB mundial. Transformando isso em dinheiro, significa um gasto público de dois trilhões e 500 bilhões de dólares, com mortes e doenças do trabalho. No Brasil, tivemos em 2007, 653 mil acidentes de trabalho. Em 2006, o número foi menor, 512 mil, o que mostra que de 2006 para 2007 houve um crescimento das doenças ocupacionais. O número de mortes no trabalho, no Brasil, é, em média, três mil mortes ao ano, portanto um número também bastante elevado. Calcula-se que, no Brasil, gasta-se – gasto público – 1,8% do PIB nacional. Isso significa um gasto de R\$ 42 bilhões com acidentes de trabalho. Esse é um gasto considerável, e é preciso aqui registrar que as mortes no

trabalho, os acidentes no trabalho, em geral, são responsabilidade das empresas que não cuidam da prevenção. São da responsabilidade exclusiva das empresas que buscam explorar a classe trabalhadora. Portanto, a bandeira é o trabalho decente e contra os acidentes de trabalho, salário justo para que possamos ter o verdadeiro desenvolvimento da nossa sociedade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos e amigas que hoje ocupam as Galerias Paulo Jackson, subo a esta tribuna, neste momento, para comentar uma matéria do jornal *A Tarde* que se refere ao movimento desenvolvido por trabalhadores da luta pela terra. O jornal, na sua divulgação, atribui ao governo o financiamento desses movimentos no Estado da Bahia. A matéria especifica um ponto que diz respeito à retirada dos trabalhadores na ocupação que foi ocorrida no CAB, inclusive, critica o processo de dispensa de licitação.

Em primeiro lugar, eu queria dizer que este governo é democrático e tem laços muito fortes com o movimento social, inclusive é um governo que tem uma preocupação toda especial em relação à situação fundiária, mas em nenhum momento o governo esteve a financiar qualquer movimentação.

O que houve foi o comportamento que tem sido praxe desde a época do governo Paulo Souto. Trata-se de uma situação emergencial, em que, através de negociação sem grandes conflitos, chegou-se ao entendimento de que os trabalhadores se ausentariam da área ocupada. Isso é normal, principalmente tratando-se de um governo que busca sempre ter uma relação bastante civilizada com o movimento social.

Quero dizer, deputado Edson Pimenta, que eu quando fui dirigente da Chesf em Paulo Afonso, algumas vezes deparei-me com movimentos de trabalhadores sem terra, inclusive ocupando subestações da Chesf, e o nosso procedimento foi o mesmo, até porque quando você chega ao entendimento, sendo uma situação emergencial, não há como você trabalhar nenhum processo licitatório. Entendo que a atitude do governo foi normal, democrática, respeitosa, e é dessa forma que vamos estar aqui na Bahia encarando os diversos movimentos, principalmente movimentos como esse, que tem toda uma razão de ser.

Mas quero aqui também, Sr. Presidente, dizer que não vamos nos furtar de fazer o debate em relação às medidas que o governo tomou no sentido de buscar de alguma forma um equilíbrio financeiro, lançando mão inclusive de recursos que se encontram no Funprev. Também tenho a mesma opinião do deputado Gilberto Brito: trata-se de uma situação emergencial, trata-se de uma medida parcial, por tempo determinado, e sabemos que é uma ação que visa, neste momento, equilibrar as contas do governo naquilo que diz respeito a pagamentos de aposentadorias.

O nosso entendimento é de que esse debate tem que ser feito de forma bastante qualificada, contando com um quórum maior, e vamos fazer na semana que vem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembleia*, radiouvintes da *Rádio Oposição*, o deputado João Carlos Bacelar há pouco relatava mais uma incoerência desse governo.

Quando fui secretário do Trabalho e Ação Social do governo Paulo Souto, estava sob a minha administração a Cordec, Coordenação de Defesa Civil do Estado da Bahia. O coordenador de Defesa Civil dá uma demonstração de que esse governo... Com o decreto de emergência publicado pelo Exm^o Sr. Prefeito João Henrique, numa situação que é realmente de emergência, devido aos altos índices pluviométricos registrados em nossa cidade, o coordenador faz uma observação que é uma pérola: a Defesa Civil do Estado não garante a homologação do estado de emergência solicitado no último dia 22, quarta-feira, pelo prefeito João Henrique. Segundo o coordenador Antônio Rodrigues, a administração municipal está utilizando o instrumento decreto de emergência para conseguir recursos.

Meu Deus, a que ponto nós chegamos! Cabe ao coordenador, deputado Álvaro Gomes, V. Ex^a que é Líder da Maioria em exercício, cabe ao governador enviar uma equipe técnica para avaliar se vai homologar ou não o decreto de emergência, e não emitir essa verdadeira ignomínia a respeito de um assunto técnico.

Quero me solidarizar com o prefeito João Henrique por essa atitude do decreto de emergência. Não fazer como um prefeito de uma cidade, e eu estou entrando inclusive com uma representação no Ministério Público, Santo Amaro da Purificação, que decretou estado de calamidade pública. Ora, estado de calamidade pública é o que aconteceu no Maranhão. É a perda do controle gerencial administrativo, é um maremoto, é um terremoto, é um tsunami, ou seja, quando há uma perda de controle administrativo. Basta buscar na internet.

Um outro assunto que eu queria colocar rapidamente é a respeito desse decreto, cujo requerimento de urgência votamos anteontem. Os deputados Gildásio Penedo e Gaban já relataram. Nós estamos entrando com um documento ao presidente do Conprev, já deve ser enviado, deverá ser enviado daqui a pouco pela assessoria da Liderança da Minoria. É um decreto que, mais uma vez, este governo que se diz republicano, democrático, transparente, dirigido por um sindicalista, um ex-sindicalista, que utilizou como massa de manobra para sua eleição o servidor público, criminaliza, mata mais uma vez o servidor público do Estado da Bahia. Se não bastasse aquele projeto que, graças a Deus, nunca mais veio para a pauta, o cancelamento da estabilidade econômica do servidor público do nosso Estado.

Estamos com um documento ao presidente do conselho, o secretário Manoel Vitório, que tomou uma atitude *ad referendum*... Não, não foi *ad referendum*, não, presidente, ele modificou o projeto de lei, ele não ouviu o conselho, ele não valoriza nem ele próprio. Ele não mandou para a análise do Conprev, ou seja, mandou

modificar o projeto de lei para não precisar consultar o conselho. E na calada da noite, hoje geralmente é um dia morto nesta Casa, apesar de termos à tarde uma sessão especial, mas amanhã teremos um feriado, nós temos 24 horas para apresentar emendas, já as apresentamos para que esse projeto na calada da noite seja aprovado em regime de urgência. A maioria votou sem saber o conteúdo desse projeto de lei, sem saber!

E quanto as licitações tão bem defendidas pelo deputado Gilberto Brito... V. Ex^a agora defende o problema de não fazer licitação. Eu quero só comunicar a V. Ex^a que estamos entrando com uma ação civil pública contra mais esse ato do governo. Já não basta Pituaçu, que construíram sem licitação, foram 55 milhões de reais sem licitação.

E, para concluir, Sr. Presidente, quero comunicar a V. Ex^a, deputado João Carlos Bacelar, que é presidente da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, que os fornecedores da Secretaria da Segurança Pública estão sem receber. Daqui a pouco terei uma reunião no meu gabinete e V. Ex^a está convidado. Os fornecedores da Segurança Pública estão sem receber, estão sem receber faturas do mês 02, do mês 03.

Isso é mais um absurdo deste governo!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Para uma comunicação inadiável, com a palavra o deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Aproveitei esse intervalo da caminhada do meu querido amigo deputado João Bonfim, mas serei breve porque há um acordo e quero usá-lo para fazer uma comunicação inadiável. Trata-se realmente duma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

V.Ex^a deve associar-se a esta luta, assim como o deputado Álvaro Gomes e toda esta Casa. Estamos alertando há mais de vinte dias sobre o edital da Codevasf para o Projeto Salitrão. Já vínhamos alertando este Legislativo e os governos federal e estadual para o fato de que esse edital não contemplava os verdadeiros donos da terra, os salitreiros. Um edital de exclusão, haja vista que ele reza que é preciso ter poder econômico para adquirir um lote. Um pequeno lote, deputado Heraldo Rocha, de 5 ou 6 hectares, é preciso também ter instrução para comprar. Mas não se pode exigir isso de um salitreiro, que sabe apenas trabalhar a terra, que nasceu ali. E, quando a irrigação nasceu em Juazeiro, foi ele quem ensinou e estimulou. Então é mesmo excludente o edital. Culminou ontem com a invasão dos canteiros do Projeto Salitrão por todos os salitreiros, criando agora, além do problema dos trabalhadores, um outro de ordem social.

Asseguro a esta Casa, solicitando a intervenção do governador e do presidente da República, que não arredarão pé de lá enquanto não mudar a regra e o edital para dar-lhes condições de competir apenas. Não querem ser beneficiados, somente desejam que aqueles dois itens sejam retirados.

Transfiro o meu pronunciamento sobre a questão para a próxima segunda-feira.

Porém tive que pedir esta comunicação inadiável. Peço até desculpas ao deputado João Bonfim, que também é um beiradeiro do São Francisco e sem dúvida nenhuma não está satisfeito com essa atitude da Codevasf no trato que dá ao verdadeiro dono da terra da Região do São Francisco, o salitreiro, que está excluído de qualquer tipo de concorrência - e sem direito à igualdade com a qual os outros estão disputando - para adquirir os lotes do Projeto Salitrão, que deverá ser inaugurado dentro em breve.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Antes de passar a palavra ao deputado João Bonfim, vamos compreender, nobre colega, que foi realmente um comunicado inadiável pelo fato de se tratar do interesse duma parte da sociedade juazeirense que se sentiu prejudicada. Portanto, o deputado Pedro, que representa Juazeiro tão bem, fez o papel de comunicar a sua insatisfação, à qual me associo por entender que na realidade os salitreiros merecem ser tratados com dignidade na seleção que a Codevasf e o Ministério da Integração Nacional devem fazer para implantar o Projeto Salitre lá em Juazeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Com a palavra o último orador inscrito do dia, o companheiro João Bonfim, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO BONFIM:- Sr. Presidente, antes de contar o meu tempo, se fosse o caso, até em questão de ordem, gostaria de manifestar também - uma vez que não tenho a prerrogativa, por não ser Líder, de fazer comunicações inadiáveis - o meu apoio irrestrito aos salitreiros.

Quero convocar e convidar o deputado Pedro Alcântara com o objetivo de desviar a atenção dele igualmente para o problema de todos os outros beiradeiros do São Francisco, que continuam à espera de medidas compensatórias aos prejuízos que vêm sofrendo ao longo dos anos com os maus-tratos àquele rio e a realidade hoje já irrefutável do programa de transposição das suas águas. Não adianta mais esperar. Tudo que era possível fazer, fizemos. Mas, infelizmente, as obras já estão sendo tocadas as obras.

Hoje, queremos e esperamos políticas de compensação para que também tenhamos um mínimo de atenção para podermos continuar vivendo com dignidade.

Mas, Sr. Presidente, o meu tempo na tribuna nesta manhã é para discordar e mostrar a minha indignação com uma matéria publicada no jornal *Tribuna da Bahia* ontem, na página 4, no espaço destinado à política. Dizer que, primeiro, esta matéria deveria ser ou na área do Judiciário ou, em último caso, na área de Segurança. Uma matéria que tenta, como em outras cidades da Bahia, distorcer a vontade pública, que em Coribe decidiu pela eleição do prefeito Nino, e tenta, de uma certa forma, influenciar no Judiciário quanto ao resultado das eleições.

A matéria diz: “*Prefeito de Coribe corre risco de perder mandato*”, que é uma tremenda inverdade, nobre deputado João Carlos Bacelar, uma vez que o prefeito eleito de Coribe, o Sr. José Alves Ferreira, que obteve 4.916 votos na eleição passada, obteve votos de uma maneira lícita, ao contrário do que a matéria tenta mostrar, enfrentou a máquina pública, enfrentou o poder econômico e mesmo assim venceu as eleições, e hoje tentam, como em tantos outros municípios, “judicializar” as eleições.

Agora, a vontade do povo não é mais respeitada, isso aqui é uma demonstração do inconformismo dos derrotados. E como se avizinha uma audiência para averiguar a acusação de abuso do poder econômico, compra de votos e propaganda ilegal que, na verdade, quem viveu a eleição de Coribe sabe muito bem quem praticou esse tipo de atitude, começam a plantar essas notícias nos jornais. Mas, o prefeito Nino está tranquilo, sabe que a justiça será feita e que ele continuará no seu mandato para exercê-lo com a mesma competência, com a mesma transparência que fez das vezes anteriores, quando teve a oportunidade de ser prefeito daquela cidade.

A matéria diz ainda mais. E aqui quero me somar à deputada Antônia Pedrosa que afirma que está solicitando do Secretário da Segurança Pública que desloque uma equipe para investigar o incêndio, a destruição do cartório eleitoral da cidade de Coribe, logo após as eleições, eu quero me juntar a ela, porque é preciso, realmente, investigar, é preciso ficar claro quem foi que queimou o cartório eleitoral de Coribe. O prefeito Nino está lá ansioso para que isso aconteça.

E eu acredito, deputada Antônia Pedrosa, V. Ex^a que hoje não se encontra no Plenário, mas que terá conhecimento das minhas palavras, poderá estar dando um tiro no pé, porque o povo de Coribe sabe muito bem quem comandou a população para ir à porta do Fórum ameaçar a Justiça Eleitoral, nós sabemos muito bem de quem é a insatisfação com o resultado das eleições. Por isso, o prefeito Nino estará ao lado da Secretaria de Segurança Pública e do Poder Judiciário para facilitar as investigações, para que se torne claro para o povo de Coribe quem foi que praticou aquele crime.

Para concluir, nobres deputados e nobres deputadas que se fazem presentes nesta sessão de hoje, a CGU, que a matéria afirma que fez um amplo relatório apontando diversos desvios de recursos federais enviados ao município de Coribe, se fez isso, fez muito bem e é preciso que isso venha a público, para nós sabermos quais foram os desvios de recursos. Porque o prefeito Nino que se encontra há apenas quatro meses à frente do município de Coribe, não firmou nenhum convênio com o governo federal, não recebeu nenhum repasse de recursos do governo federal, a não ser as transferências constitucionais, e que naturalmente gostará de ter conhecimento desses desvios de verbas enviadas para o município de Coribe que, com certeza, não é da sua administração.

O prefeito Nino já foi prefeito por duas vezes em Coribe e teve as suas contas aprovadas não só pelo Tribunal de Contas dos Municípios, mas pelo Tribunal de Contas da União e pela Câmara de Vereadores. Coribe, Sr. Presidente, não corre nenhum risco, pelo contrário, Coribe agora corre na direção da paz, da tranquilidade e do progresso, com essa administração que se inicia.

Tenho certeza de que se repetirá, porque nós já vimos, no passado, nas duas vezes em que Nino comandou os destinos daquele município.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Gilberto Brito:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Com a palavra o deputado Gilberto

Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Edson Pimenta, eu solicito uma questão de ordem para duas argumentações. A primeira é que ainda há pouco V.Ex^a anunciou a presença de alunos de determinado colégio que aqui estão para participarem do primeiro ensinamento da Escola do Legislativo da Bahia.

Gostaria de salientar para que não se cometa algum erro ao longo da formação legislativa desses alunos, como foi cometido quando da criação dessa resolução da Casa, que fiz um projeto de lei, um projeto de resolução há dois anos, posteriormente, um outro colega parlamentar fez o mesmo projeto de resolução; o dele foi aprovado e o meu sequer foi junto, a respeito do mesmo assunto.

Além desse fato, no mesmo dia em que esse projeto de resolução foi aprovado, assim o fora também um projeto de lei, sendo que, dois anos antes, eu teria protocolado à secretaria da Mesa um projeto similar. Então, protocolei um projeto de lei no ano de 2005, não foi apreciado e, posteriormente, um projeto de lei idêntico foi aprovado e votado e cujo conteúdo sugeria às pessoas que desejassem colocar o número de placas da sua escolha que pagassem ao Detran o valor pecuniário e que este valor fosse destinado a uma instituição de cunho filantrópico. São esses dois registros. O outro lado, Sr. Deputado, ainda há pouco o deputado Heraldo Rocha, que não se faz presente no momento, teria dito da tribuna que eu sou defensor das causas de não se firmar ou de não se cumprir a lei relativa de licitações. Se eu tivesse a mesma ênfase e o mesmo jeito do deputado Heraldo Rocha em falar, iria responder da mesma forma.

Queria dizer ao deputado que o meu balizamento é o mesmo, sempre procurando o bem estar, a legitimidade e a decência das coisas. Em que pese não ter a presença do deputado para tal fim, solicito a V.Ex^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- A Secretaria informa a presença de 5 Srs. Deputados. Portanto, número insuficiente para a continuidade da presente sessão, a qual declaro encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*